

Tarifas públicas subiram 290% em 11 anos, diz pesquisador

Desde o início do Plano Real, em julho de 1994, até outubro deste ano, as tarifas dos serviços públicos - energia, água e esgoto, transporte e telefonia - tiveram reajuste de cerca de 290%, muito acima do aumento do salário mínimo e de qualquer índice inflacionário do período. Só o índice de telefonia subiu 750% nesses 11 anos.

O coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas da USP (IPC-Fipe), Paulo Picchetti, informou que as tarifas de energia elétrica cresceram 250%; de água e esgoto, 273%; e de gás de botijão, 510%. Ele comparou esses índices com os custos de produtos de alimentação, que aumentaram 107% no mesmo período.

Para o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, deputado Luiz Antonio Fleury (PTB-SP), o impacto desses aumentos é ainda mais forte no orçamento das famílias de baixa renda. Fleury, que abriu, na quarta-feira (30), o seminário *Tarifas dos Serviços Públicos*, na Câmara, defendeu a necessidade da revisão dessas tarifas para aliviar o bolso dos mais pobres.

O coordenador jurídico do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Cláudio Péret Dias, apresentou dados segundo os quais o maior número de consultas aos órgãos de defesa do consumidor no País diz respeito aos serviços públicos essenciais, como os de fornecimento de água e energia. Segundo ele, as reclamações de cobrança indevida representam 63% dos atendimentos.

Segundo o diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Fernando Maia, 48 milhões de residências consomem energia elétrica no País, das quais 17 milhões pagam a tarifa social - pelo menos 50% inferior à normal. Quem paga por esse desconto são os outros 31 milhões de consumidores de energia.

Uma das soluções para uma redução ainda maior das tarifas para a população de baixa renda, sugerida pelo diretor da Abradee, é a revisão da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas contas de energia da população que vive em condições de pobreza - mais de 50% da população, segundo o IBGE.

Outra sugestão, apresentada pela representante da ONG Associação Pro Teste Consumidores, Flávia Lafèvre, é a aprovação do Projeto de Lei 3.430/04, do deputado Dimas Ramalho (PPS-SP), que altera os critérios para a concessão da tarifa social de energia para consumidores de baixa renda.

Aneel defende setor e afirma que lucro vem caindo

Apesar dos altos reajustes do setor nos últimos dez anos — de cerca de 250% —, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, informou que o lucro das concessionárias de energia tem caído, embora não seja essa a percepção do consumidor. De acordo com Kelman, o motivo é o aumento dos encargos e tributos, que são integralmente repassados aos consumidores.

Segundo Kelman, 31,77% do valor das tarifas do setor elétrico estão vinculados à geração de energia, 7,8% à transmissão, 26,43% à distribuição e 34% a encargos e tributos.

Segundo o diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Fernando Maia, os encargos sociais tiveram um aumento de 500% entre 1998 e 2004; os tributos subiram 184%; os custos de geração e transmissão, 193%; e a distribuição teve uma elevação de 81%.

Tarifas públicas subiram 290% em 11 anos, diz pesquisador. Jornal da Câmara, ano 7, n. 1565, 02/12/2005. www.camara.gov.br